



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0000861-44.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão / Resolução**
Requerente: **PAULO FERNANDO BRUNOZI**
Requerido: **UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

A ré é revel.

Citada regularmente, ela não compareceu à audiência designada, de modo que se reputam verdadeiros os fatos suscitados pelo autor na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

Pouco importa nesse contexto a oferta da contestação de fls. 83/89, a qual não poderá ser analisada porque não se supriu o não comparecimento da ré à audiência realizada.

Por outro lado, o relato inicial e os documentos que o instruíram dão conta que o contrato que eventualmente poderia envolver a ré sequer teve sequência tendo em vista a inexistência de convênio entre o IBBCA e Fesp/FAESP e Unimed.

Inclusive o autor teve ressarcido os valores que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

inicialmente pagou em favor da administradora do plano de saúde IBBCA.

A conjugação desses elementos firma a certeza de que inexistente lastro sólido a apontar o liame do autor e o débito apontado pela ré, de modo que à míngua de comprovação idônea sobre o tema, acolhe-se a pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação declarar rescindido o contrato, bem como inexigível qualquer débito em relação a ele.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 20 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**